



A VOZ ROUCA

que não se cala

#14

avozrouca.org

f A Voz Rouca



Empresários à espreita

A educação básica é uma das mais novas fronteiras de expansão das grandes corporações. No fim do primeiro semestre, a Somos – dona do Anglo, da Red Ballon, de editoras como Ática e Saraiva, e de colégios particulares em todo Brasil – foi comprada pela Kroton, gigante brasileira do ensino superior que já era a segunda maior empresa de educação do mundo.

Essa compra coroa um processo de passagem da administração das escolas particulares de pequenos grupos familiares para grandes grupos econômicos. Se a princípio devemos ficar alertas, por outro lado, isso nos abre

novas possibilidades de organização e reivindicação. Frente à inevitável tentativa de redução de custos para atingir o faturamento ansiado por investidores da bolsa, os professores devem se contrapor exigindo melhores condições de trabalho. Afinal, se nossos novos patrões têm mais dinheiro, eles podem pagar mais!

Sua escola agora faz parte de um desses conglomerados junto a outros colégios? Procure fazer contato com essas escolas e troque experiências com seus novos colegas. Se vocês respondem a um mesmo patrão, podem exigir isonomia das condições de trabalho e salários.

A luta do início deste ano mostrou a força da nossa organização. Com a força das paralisações no primeiro semestre, impedimos que os patrões rasgassem a Convenção Coletiva. Mas nossa conquista não pode ficar presa a uma folha de papel. Muitos colégios, inclusive aqueles que dizem prezar por seus professores, desrespeitam cláusulas da Convenção no dia a dia de trabalho. É também no dia a dia que precisamos estar alertas para fazer valer as garantias que conquistamos.

Além disso, precisamos nos preparar para o dissídio de 2019. Certamente os empresários e o Sieceesp já estão se articulando e precisamos organizar o contra-ataque a partir de cada escola!

A Convenção se defende no dia a dia: o exemplo do Sion

Fim de junho, última semana de aula. Hora de receber o pagamento antecipado das férias. E além do valor normal estabelecido pela CLT, nossa Convenção Coletiva exige que as escolas paguem um adicional de 1/3.

Porém, ao chegarem na escola, professores do Sion conferem seus recibos e notam que não receberam o adicional. Indignados, decidem ficar na sala dos professores até o colégio depositar o valor correto. No Fundamental II e no Médio, ninguém sobe para dar aula. A direção ameaça descontar o ponto e pede para se reunir com uma comissão. Os professores recusam: a conversa tem que ser com a equipe toda.

Professores ligam para o Sinpro, que por sua vez liga para a escola para estabelecer uma negociação, alertando que o colégio poderia ser multado. O sindicato recomenda que os professores subam para a aula, mas por unanimidade a equipe decide continuar paralisada até receber. O que estava garantindo a pressão sobre a direção era a força coletiva dos professores interrompendo o trabalho.

Depois de 4 aulas paradas, finalmente a direção, RH e advogado da escola se manifestam: dizem que vão pagar o que devem e garantem que foi tudo um “erro no sistema”.

>>

Retaliação da escola, reação da comunidade

Conquistado o pagamento do adicional, a retaliação da direção do Sion não demorou a chegar. No último dia de aula, um professor é advertido e outro, demitido. A justificativa da direção, como sempre, era de “reestruturação da grade de aulas”, mas o recado de repressão à mobilização foi claro.



Protesto dos alunos do Sion contra a demissão de professor

No entanto, o tiro saiu pela culatra. A demissão injustificável de um professor querido gerou indignação entre os alunos, que protestaram, sensibilizaram os pais e forçaram a direção a se reunir com um grupo de estudantes para negociar. Constrangido pela comunidade escolar, o colégio recuou e anunciou a recontração do professor.

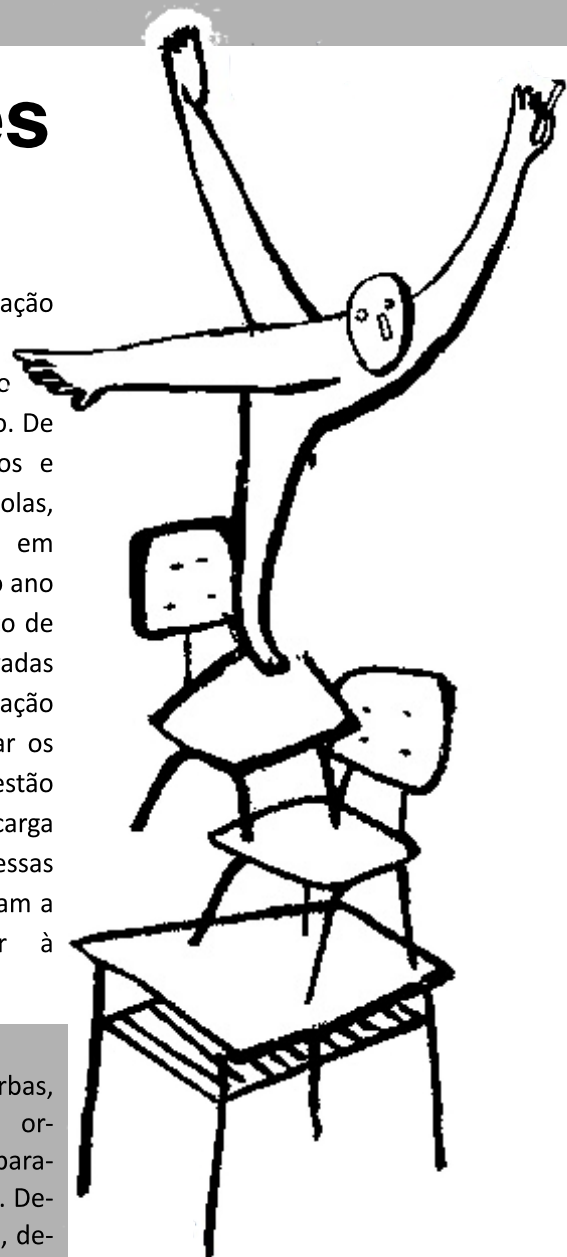
Perseguições, demissões e assédios

Passado o auge da mobilização do primeiro semestre começamos a conviver com a insegurança nas escolas, tanto pela cobrança das direções e de algumas famílias, quanto pelos rumores de assédios e demissões em outras escolas. Em um cenário como esse a única alternativa que têm os trabalhadores é reforçar os laços de solidariedade. Não existe uma só maneira de resistir às demissões, uma possibilidade é garantir estabilidade no emprego aos professores e professoras que estão mais expostos, seja com a eleição de delegados sindicais ou da CIPA, mas essas soluções só são realmente eficazes se sustentadas por uma mobilização conjunta dos trabalhadores da escola.

Estudantes e professores contra a reforma do EM

Em fevereiro deste ano, o Congresso aprovou a Reforma do Ensino Médio, à qual vem se somar a nova base curricular (BNCC) Ensino Médio, em fase final de aprovação pelo Ministério da Educação. Na era do “trabalho flexível”, essas medidas visam criar um “ensino flexível”: ao mesmo tempo que aumentam a carga horária, diminuem o número de disciplinas obrigatórias – restam apenas Português e Matemática – e se abre a possibilidade de cumprir boa parte do currículo fora da escola, a distância ou em estágios em empresas. Para atender a essa demanda, o trabalho docente tende a se precarizar mais. Fora das disciplinas obrigatórias, o professor precisará ser tão flexível quanto o currículo...

No dia 16 de agosto, uma manifestação reuniu mais de mil estudantes de escolas estaduais e Etecs, recolocando em pauta a Reforma do Ensino Médio. De lá pra cá, já ocorreram outros atos e paralisações em algumas escolas, inclusive particulares. Assim como em algumas Etecs, onde desde o início do ano vem sendo aplicado um projeto piloto de reforma, professores de escolas privadas já estão sofrendo com a “reorganização curricular”: sob o discurso de formar os alunos para o século XXI, disciplinas estão sendo retiradas, com diminuição da carga horária para 2019. Em algumas dessas escolas, os trabalhadores já começaram a realizar assembleias para reagir à imposição da reforma.



ESCOLA DA VILA

Estudantes de escolas particulares também iniciaram uma mobilização, com rodas de conversa e panfletagens. Os alunos do Ensino Médio da Escola da Vila decidiram paralisar as aulas no dia 5 de setembro e foram às ruas, no ato puxado por estudantes de escolas públicas.

ETEC PARQUE DA JUVENTUDE

Contra a reforma e o corte de verbas, professores e alunos da Etec PJ organizaram rodas de conversa e paralisaram as aulas no dia 24 de agosto. Depois de uma consulta à comunidade, decidiu-se que a reforma não será aplicada em 2019 na escola.